



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640108 - MG (2021/0013038-7)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : DANIEL JOSE DIAS CAMPOS
ADVOGADO : DANIEL JOSÉ DIAS CAMPOS - MG125785
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : ALAN LUIZ SOARES PAULINO (PRESO)
OUTRO NOME : ALAN LUIZ SOARES PAULINO CARVALHO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus com pedido de liminar impetrado em favor de ALAN LUIZ SOARES PAULINO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 00280669620208130439).

O paciente foi preso em flagrante, e denunciado pela suposta prática do crime de tráfico de drogas.

Impetrado prévio writ na origem, buscando o relaxamento da custódia decretada, a ordem foi denegada.

Sustenta o impetrante que haveria constrangimento ilegal na espécie, haja vista que a prisão decretada careceria de elementos concretos, não tendo sido demonstrada a presença dos requisitos previstos no art. 312 do CPP para sua manutenção.

Entende que, ante as circunstâncias pessoais do agente, a segregação poderia ser substituída por cautelares diversas previstas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, ou a substituição por cautelares diversas previstas no art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, haja vista os fundamentos explicitados pelo colegiado impetrado que, em princípio, mostram-se concretos, aduzindo que *"é importante consignar que, como bem ressaltado pela i. Procuradora, "conforme se observa da CAC/FAC de fls. 183/193, embora primário, esse não é fato isolado na vida do paciente, que reitera na mesma prática criminosa, encontrando-se em liberdade provisória decorrente de prisão em flagrante pelo mesmo crime de tráfico de drogas, com alvará de soltura expedido em 12/07/2019, o que reforça a necessidade da segregação cautelar" (fls. 202 –doc. único)." (fl. 32).*

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência